

ps.

Bruno Fernandes



Relatório de Gestão e Contas 2010

Madalena do Pico 22 de Março de 2011

Índice

I – Relatório de gestão

II – Balanço

III – Demonstração dos resultados por naturezas

IV – Demonstração das variações no capital próprio

V – Demonstração dos fluxos de caixa

VI – Anexo às demonstrações financeiras

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

VIII – Certificação Legal de Contas

ls.



João Paulo

pk.

SN

Bruno Faria

Relatório do Conselho de Administração - 2010

1. - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

MADALENAGIR, S.A. pessoa colectiva com o número 512.099.642, com sede na Avenida Machado Serpa, 30 na Vila de Madalena do Pico, teve o seu início de actividade em Março de 2007, teve como objecto a concepção e construção de diversos empreendimentos públicos no Concelho de Madalena do Pico.

Alguns destes projectos, foram desenvolvidos no âmbito de uma Parceira Publico Privada entre a Empresa Municipal Madalena Progresso E.M. e um conjunto de privados com experiência em diversos domínios na área da concepção, construção e montagem de parcerias público privadas, resultando no compromisso de levar a cabo a execução e colocar em funcionamento diversos Equipamentos colectivos de primordial interesse para o Concelho de Madalena do Pico e também para a Ilha do Pico.

Neste âmbito, os diversos Equipamentos Colectivos a serem desenvolvidos são de manifesto interesse turístico para a ilha do Pico, uma vez que permitem oferecer uma mais-valia na oferta e diversidade de equipamentos colectivos quer para quem visita do exterior o concelho, quer para os residentes, permitindo a execução num curto prazo de tempo de infra-estruturas necessárias para o incremento económico da Vila da Madalena bem como, potenciar a oferta e diversidade na qualidade de equipamentos numa ilha longe dos grandes centros urbanos, onde a componente pública tem um papel supletivo á actividade económica e social, sendo preponderante e fundamental para o desenvolvimento local.

Os projectos reflectem igualmente a preocupação de criar algo de novo no contexto socioeconómico da ilha.

Assim o Plano de investimentos para a Madalenagir S.A., pretendeu levar a cabo os seguintes empreendimentos:

- 1- Execução do complexo desportivo de S. Mateus, compreendendo a execução do campo de futebol e respectivas bancada e iluminação.
- 2- Execução do Edifício Multiusos e Auditório e respectivos Arranjos exteriores.
- 3- Edifício Sócio Educativo do Concelho da Madalena

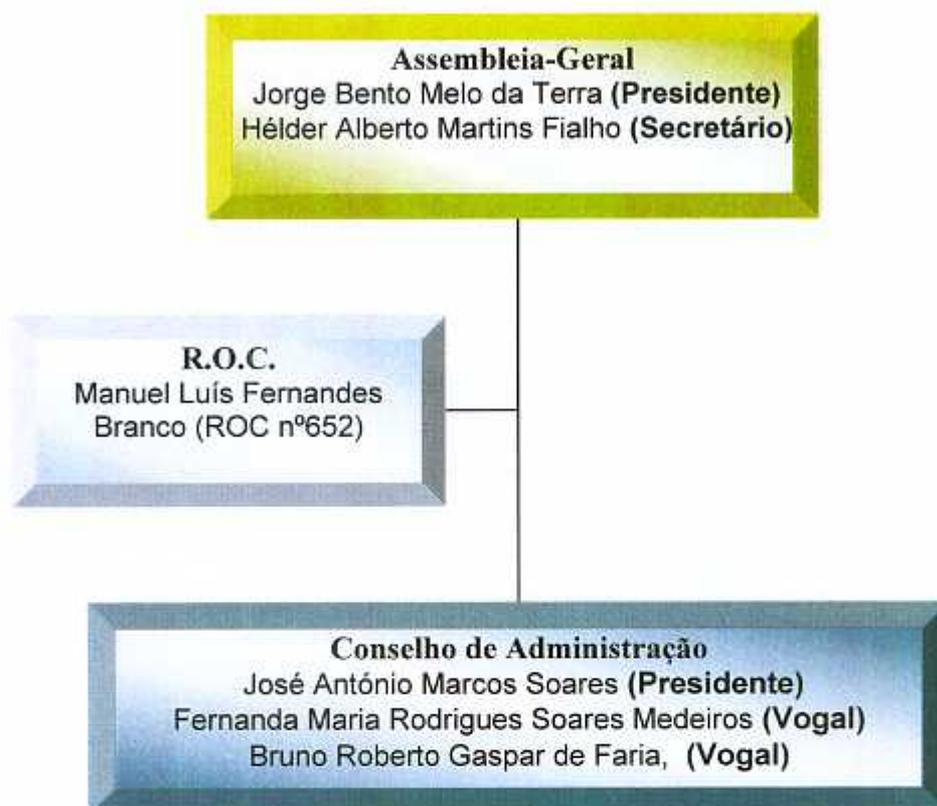
Sendo estes os principais os objectivos de investimento da sociedade, desde a sua constituição, o ano de 2010, marcou o início da execução dos novos projectos para o Pavilhão desportivo da Madalena e do auditório Municipal, situação esta que resultou do impasse criado por parte de Governo Regional, na cedência dos terrenos inicialmente definidos para a instalação deste dois equipamentos, o que obrigou a redefinir uma nova localização para aqueles dois equipamentos.

O capital social da empresa é de 50.000 €, através de 50.000 acções de 1 euros cada, subscrito do seguinte modo em 31 de Dezembro de 2010:

Estrutura Accionista

Entidade	Acções	Valor	%
MADALENA PROGRESSO EEM	50.000	50.000	100,00%
	50.000	50.000	100%

Estrutura organizacional Em 31 de Dezembro de 2010



2 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após 31 de Dezembro de 2010 e até á presente data, não ocorreram factos financeiros, económicos e patrimoniais relevantes que influenciassem os resultados de 2010.

3. EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

Finalizado o processo de licenciamento dos projectos de execução atrás referidos, irá proceder-se durante o ano de 2011 ao inicio da execução das empreitadas do Pavilhão Desportivo da Madalena e do Auditório Municipal, bem como a aquisição do

correspondentes terrenos para a implantação do Pavilhão Desportivo , uma vez que o terreno destinado ao Auditório Municipal já foi adquirido em 2010.

4. BREVE ANALISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

- A empresa tem cumprido a regra do equilíbrio de exploração, situação esta obrigatória ao abrigo da Lei 53-F /2006 de 29 de Dezembro, mantendo-se na sua exploração perfeitamente equilibrada, conforme provam os elementos contabilísticos e financeiros.
- O activo líquido da empresa, em 31 Dezembro de 2010, situou-se nos 2,5 milhões de euros.
- Os custos totais de actividade operacional da empresa totalizaram em 2010, os 51,4 mil euros

Ao nível de recursos humanos, a sociedade conta no seu quadro com uma técnica superior , a qual desenvolve toda a actividade administrativa da sociedade. Toda a actividade de operacional apoiada por um quadro em regime de outsourcing para os assuntos administrativos/financeiros, de controlo administrativo e de custos da sociedade, bem como no apoio aos projectos de investimento.

O Conselho de Administração é composto por 3 elementos, o qual reúne de dois em dois meses, quando necessário, para acompanhar a gestão da sociedade, bem como avaliar, acompanhar e decidir sobre a execução dos projectos de investimento.

A Sociedade tem definido e subjacente á sua actividade, um plano de actividades plurianual para o período 2010-2013.

5 - DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

6 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

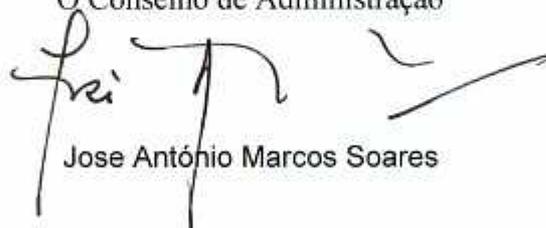
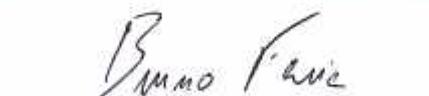
Foi apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, um resultado antes de impostos de 160,22 euros, resultado num líquido nulo, que resulta no pagamento do valor de 160,22 euros relativo a I.R.C.

É proposto pelo Conselho de Administração a aplicação dos resultados líquidos do exercício em resultados transitados

Como nota final, a Administração aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionam.

Madalena do Pico, 22 de Março de 2011

O Conselho de Administração


Jose António Marcos Soares
Fernanda Maria Rodrigues Soares Medeiros
Bruno Roberto Gaspar de Faria,

ps.



Bruno Fani

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

unid: euros

	NOTAS	31-12-2010	31-12-2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	2.455.891,50	1.918.273,65
Outros activos financeiros		0,00	0,00
		<u>2.455.891,50</u>	<u>1.918.273,65</u>
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	8	107.855,63	75.260,50
Accionistas		0,00	0,00
Outras contas a receber		17,00	17,00
Diferimentos	9	480,19	378,85
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	11.108,14	12.636,27
		<u>119.460,96</u>	<u>88.292,62</u>
Total do activo		<u>2.575.352,46</u>	<u>2.006.566,27</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	6 e 10	50.000,00	50.000,00
Reservas legais		0,00	0,00
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		0,00	0,00
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
		<u>50.000,00</u>	<u>50.000,00</u>
Resultado líquido do período		0,00	0,00
Total do capital próprio	10	<u>50.000,00</u>	<u>50.000,00</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11	2.342.424,06	1.925.376,70
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		<u>2.342.424,06</u>	<u>1.925.376,70</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	12	3.389,01	10.500,06
Estado e outros entes públicos	8	740,46	1,40
Accionistas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	11	52.736,53	4.231,57
Outras contas a pagar	12	126.062,40	16.456,54
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		<u>182.928,40</u>	<u>31.189,57</u>
Total do passivo		<u>2.525.352,46</u>	<u>1.956.566,27</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>2.575.352,46</u>	<u>2.006.566,27</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Fernando Soares Medeiros
Bruno Faria

ps
B. Mano F. L. A. C.

III – Demonstração dos resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

unid: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2010	2009
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios à exploração		0,00	0,00
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	13	87.436,33	113.344,15
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	14	(29.422,33)	(23.985,14)
Gastos com o pessoal	15	(15.745,42)	(7.282,71)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		0,00	0,00
Outros gastos e perdas	16	(2.710,26)	(1.055,28)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>39.558,32</u>	<u>81.021,02</u>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(8.211,29)	(6.031,58)
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>31.347,03</u>	<u>74.989,44</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	17	0,00	599,30
Juros e gastos similares suportados	17	(31.186,81)	(75.588,74)
Resultado antes de impostos		160,22	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	8	(160,22)	0,00
Resultado líquido do período		<u><u>0,00</u></u>	<u><u>0,00</u></u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

ps
S
B. M. no Fina

IV – Demonstração das variações no capital próprio

MADALENAGIR, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
A 1 de Janeiro de 2009		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo inicial reexpresso		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação dos resultados de 2008		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2009		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
A 1 de Janeiro de 2010		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2010		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00

Frederico Mar. Sr.
Françoise Soares Pedras
Bruno Fante

Roberto Humberto de Oliveira


B. Mano K. K. K.

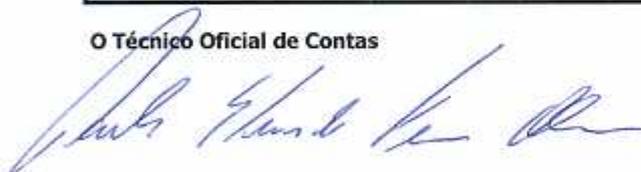
V – Demonstração dos fluxos de caixa

MADALENAGIR, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		(41.872,45)	(20.452,09)
Pagamentos ao pessoal		(13.368,75)	(7.516,59)
Caixa gerada pelas operações		<u>(55.241,20)</u>	<u>(27.968,68)</u>
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(729,89)	(240,04)
Outros recebimentos/(pagamentos)		(239,88)	(894,02)
Fluxos de caixa das actividades operacionais		<u>(56.210,97)</u>	<u>(29.102,74)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	7	(375.917,90)	(688.853,94)
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento		<u>(375.917,90)</u>	<u>(688.853,94)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	11	468.800,00	675.000,00
Juros e rendimentos similares		0,00	599,30
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	11	(5.282,29)	(4.287,40)
Juros e gastos similares		(32.916,97)	(63.471,33)
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		<u>430.600,74</u>	<u>607.840,57</u>
Variação de caixa e seus equivalentes		(1.528,13)	(110.116,11)
Efeito da diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		12.636,27	122.752,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	11.108,14	12.636,27

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração
Felipe Antônio Marques
Fernanda da Costa Medeiros
Bruno Faria

ds

Bruno Viana

VI – Anexo às demonstrações financeiras



Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados Exercício de 2010 e 2009

1. Introdução

A **MADALENAGIR S.A., S.A.**, tem por objecto social a criação, implementação, desenvolvimento, instalação, gestão, e conservação de equipamentos turísticos, desportivos, recreativos, culturais, ambientais e habitacionais de âmbito local no município da Madalena do Pico, e, complementarmente, promover a implementação, a construção, a gestão e a exploração de áreas, equipamentos e infra-estruturas de desenvolvimento urbano e de construção prioritária no Concelho da Madalena do Pico, bem como a prestação de outros serviços conexos que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.

A MADALENAGIR S.A. foi constituída em 1 de Março de 2007, com um capital social de 50.000 euros, subscrito e realizado em numerário pela empresa municipal MADALENA PROGRESSO, E.M. em 49% e por um conjunto de privados em 51% , a qual garantiria directamente ou através da Câmara Municipal de Madalena do Pico, o financiamento da construção, instalação, gestão, exploração e conservação de equipamentos e desenvolvimentos urbanísticos de natureza diversa.

Em 19 de Março de 2010 , foram adquiridas as participações dos privados , passando a MADALENAGIR S.A. S.A. a ser detida a 100% pela Madalena Progresso EEM.

A MADALENAGIR S.A. rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e também por disposições específicas da Câmara Municipal da Madalena do Pico, com especial destaque no que respeita ao estabelecimento e definição dos investimentos públicos a realizar e na sua sustentação financeira.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro do novo modelo de normalização contabilística designado por Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em vigor para o exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2010 e baseadas na estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do SNC. Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Este modelo de normalização contabilística sucede o Plano Oficial de Contabilidade e demais legislação complementar que servia de suporte ao relato financeiro até 31 de Dezembro de 2009. Nesta conformidade, o

balanço em 31 de Dezembro de 2009 e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio, bem como as respectivas notas anexas do período findo naquela data, apresentadas para efeitos comparativos, ajustados e reclassificados com efeito a 1 de Janeiro de 2009, data de transição, conforme disposto na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, os quais não tiveram qualquer impacto em capitais próprios, tendo-se reduzido a meras reclassificações de contas, designadamente no que concerne a resultados extraordinários.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas têm sido consistentemente aplicadas todos os anos, salvo indicação em contrário.

(a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais efectivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados.

(b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos de financiamentos obtidos directamente relacionados com a construção e desenvolvimento de activos fixos tangíveis são considerados como parte integrante do custo desses activos até data da sua conclusão.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes e em conformidade com o período de vida útil estimado que se indica abaixo que são objecto de revisão anual, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados:

	<u>Anos</u>
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3

Handwritten signature in black ink, a blue circular stamp, and the name 'Bruno Faria' written in blue ink below the stamp.

Os dispêndios subsequentes com a manutenção e reparação dos activos fixos tangíveis que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridos.

O ganho ou a perda decorrente da alienação ou abate de activos fixos tangíveis, determinada como a diferença entre os proventos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada, é reconhecido em resultados no momento da sua ocorrência.

(c) Imparidade de activos fixos tangíveis

As quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respectivos activos.

A quantia recuperável do activo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(d) Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando as houver.

(e) Imparidade de activos financeiros

As quantias escrituradas dos activos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objectiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses activos serão, ou não, afectados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objectivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

Handwritten signature in blue ink, followed by a blue rectangular stamp with illegible text, and the name 'B. M. M. F. A. N. E.' written in blue ink below the stamp.

(f) Outras contas a pagar

As outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva.

As outras contas a pagar são classificadas no passivo corrente, excepto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.

(g) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após a data de relato.

(h) Locações

Os contratos de locação são classificados em locações financeiras ou operacionais dependentemente de serem, ou não, transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. Assim, o respectivo activo fixo tangível e as correspondentes responsabilidades são reconhecidas no balanço, sendo são classificadas como um passivo corrente ou não em consonância com o plano financeiro contratual. Subsequentemente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

As rendas das locações operacionais são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período contratual.

(i) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A MADALENAGIR S.A. S.A. desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os activos financeiros transferidos com o respectivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.



A MADALENAGIR S.A. desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(j) Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe uma certeza razoável que na Empresa irá cumprir com as condições associadas à sua atribuição. Os subsídios que compensam despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas e os que compensam a aquisição de um activo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil estimada.

(k) Caixa e equivalentes a caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

(l) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato.

(m) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transacções registadas directamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.



(n) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) possa estimar fiavelmente o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para reflectirem a melhor estimativa.

Os activos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

(o) Especialização de custos e proveitos

As despesas e receitas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Outras contas a pagar e a receber e diferimentos.

(p) Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transacções existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

(q) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não dão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, tinha a seguinte composição:

fr.
[Signature]
Bruno Faria

	2010	2009
Numerário	-	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>11.108</u>	<u>12.636</u>
	<u>11.108</u>	<u>12.636</u>

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2010, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2009, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

O capital social da MADALENAGIR S.A. é de 50.000 euros, representado por 50.000 ações ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são assim detidas pela Madalena Progresso, E.E.M..

7. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido durante o ano no activo fixo tangível resume-se

ps
Bruno F. Almeida

	31 de Dezembro de 2009			Saldo em 31-12-2009
	Saldo em 01-01-2009	Aquisições / Dotações	Transferências/ Abates	
Custo:				
Equipamento de transporte	23.825	-	-	23.825
Equipamento administrativo	226	-	-	226
Investimentos em curso	485.524	801.940	621.731	1.909.195
	<u>509.575</u>	<u>801.940</u>	<u>621.731</u>	<u>1.933.246</u>
Depreciações acumuladas				
Equipamento de transporte	8.934	5.956	-	14.890
Equipamento administrativo	6	75	-	82
	<u>8.941</u>	<u>6.032</u>	<u>-</u>	<u>14.972</u>
Valor líquido	<u>500.635</u>			<u>1.918.274</u>

	31 de Dezembro de 2010			Saldo em 31-12-2010
	Saldo em 01-01-2010	Aquisições / Dotações	Transferências/ Abates	
Custo:				
Equipamento de transporte	23.825	14.950	-	38.775
Equipamento administrativo	226	-	-	226
Investimentos em curso	1.909.195	530.879	-	2.440.074
	<u>1.933.246</u>	<u>545.829</u>	<u>-</u>	<u>2.479.075</u>
Depreciações acumuladas				
Equipamento de transporte	14.890	8.136	-	23.026
Equipamento administrativo	82	75	-	157
	<u>14.972</u>	<u>8.211</u>	<u>-</u>	<u>23.183</u>
Valor líquido	<u>1.918.274</u>			<u>2.455.892</u>

O saldo dos investimentos em curso em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 compreendiam:

	2010	2009
Piso sintético do campo de futebol de S. Mateus	629.337	629.337
Iluminação do campo de S. Mateus	30.149	-
Aquisição de um imóvel	848.321	661.476
Encargos com estudos e projectos	588.341	361.892
Encargos de estrutura e financeiros (Nota 13)	343.926	256.490
	<u>2.440.074</u>	<u>1.909.195</u>

8. Estado e outros entes públicos

Os saldos devedores e credores no final do ano resumiam-se como se segue:

Handwritten signatures and initials:
 f.e.
 B. F. F. F. F.
 Bruno F. F.

	<u>2010</u>		<u>2009</u>	
	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>
Imposto sobre o rendimento				
Pagamentos por conta	1.039	-	350	-
Retenção na fonte	-	160	96	-
IRC a pagar	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	90	-	-
Trabalho independente	-	73	-	1
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	106.816	-	74.815	-
Contribuições para a segurança social				
	-	417	-	-
	<u>107.856</u>	<u>740</u>	<u>75.261</u>	<u>1</u>

A MADALENAGIR S.A. está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). O Orçamento de Estado para 2009 alterou as taxas de IRC, estabelecendo dois escalões de taxas, aos quais se aplicará a taxa de 12,5% (8,75% Região Açores) à matéria colectável até 12.500 euros, inclusive, e a taxa de 25% (17,5% Região Açores) à restante matéria colectável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos e 5 anos no que respeita à segurança social, excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais à declaração de impostos de 2010 e 2009 não terá um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2010, não existiam quaisquer diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais susceptíveis de registo contabilístico em impostos diferidos activos e passivos.

9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	<u>2010</u>		<u>2009</u>	
	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>
Seguros	<u>480</u>	<u>-</u>	<u>379</u>	<u>-</u>



10. Capital realizado

O capital social da MADALENAGIR S.A. é de 50.000 euros, representado por 50.000 acções ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

As acções representativas do capital social subscrito e realizado são assim detidas pela Madalena Progresso, E.E.M..

O movimento registado nesta conta diz respeito exclusivamente à realização do capital social em 2007 e o resultado apurado no ano.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foram aprovadas em Assembleia Geral realizada em 29 de Março de 2010.

11. Financiamentos obtidos

Em 13 de Novembro de 2007, foi celebrado um financiamento bancário de longo prazo, que poderá atingir o montante máximo de 7.584.000 euros, subdivido em empréstimos autónomos de acordo com os investimentos especificamente realizados. Em 31 de Dezembro de 2010, estava utilizado o montante de 2.386.000 euros, correspondendo (i) 604.000 euros ao financiamento do projecto de arquitectura e de execução do Pavilhão Multiusos e requalificação das zonas envolventes e zona histórica da vila; (ii) 696.000 euros destinado à construção do campo de jogos de S. Mateus, e (iii) 1.086.000 euros referente à construção do imóvel Sócio - Educativo, estando por utilizar uma verba de 239.125 euros.

Entretanto, a parte remanescente de 4.938.875 euros foi contratada para financiar a construção de pavilhão multiusos e o auditório municipal.

Estes empréstimos têm um prazo de 20 anos, e serão reembolsados em prestações semestrais de capital e juros, sucessivas e iguais, sendo estes calculados à taxa EURIBOR a seis meses acrescida de uma margem de 0,475%, cuja exigibilidade por anos poderá ser assim resumida:

Anos	Valor
2011	48.233
2012	99.574
2013	135.396
2014	138.060
2015 e seguintes	<u>1.964.736</u>
	<u>2.386.000</u>

As obrigações emergentes deste financiamento estão garantidas pela totalidade dos fluxos financeiros provenientes da Câmara Municipal da Madalena do Pico e do accionista MADALENA PROGRESSO, E.M. conforme previsto no


 Bruno Faria

contrato-programa que esta empresa municipal celebrou com o município em de 2007, o qual também emitiu uma carta conforto para este efeito.

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor líquido da viatura adquirida em regime de locação financeira era de 2.978 euros. As responsabilidades financeiras deste contrato vencidas em 31 de Dezembro de 2010, bem como os juros vincendos, são exigíveis em:

Anos	Capital	Juros
2011	4.503	111
2012	<u>4.657</u>	<u>32</u>
	<u>9.160</u>	<u>143</u>

12. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de fornecedores e outras contas a pagar resume-se como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fornecedores		
Outros	<u>3.390</u>	<u>10.500</u>
Outras contas a pagar		
Fornecedores de imobilizado	45.941	-
Remunerações a liquidar	2.970	1.559
Juros a liquidar	11.034	13.991
Apoio na coordenação de projectos de investimento	65.000	-
Outros	<u>1.117</u>	<u>907</u>
	<u>126.062</u>	<u>16.457</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, está registado na rubrica de Acréscimos de custos a verba de 65.000 euros referente a serviços de apoio na coordenação de projectos de investimentos prestados durante o ano de 2010 pelo accionista MADALENA PROGRESSO.

13. Trabalhos para a própria empresa

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os gastos incorporados no custos dos activos fixos tangíveis em curso de construção resultaram de:

fs.

 Bruno Fane

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Encargos de estrutura	56.250	38.057
Encargos financeiros	<u>31.187</u>	<u>75.287</u>
	<u>87.436</u>	<u>113.344</u>

14. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica detalhava-se conforme se segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Trabalhos especializados	23.470	19.038
Material de escritório	1.730	1.773
Deslocações e Estadas	1.402	1.240
Seguros	709	615
Contencioso e notariado	501	86
Outros	<u>1.610</u>	<u>1.234</u>
	<u>29.422</u>	<u>23.985</u>

15. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalham-se conforme se segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Remunerações do pessoal	12.780	5.989
Encargos sobre remunerações	2.725	1.197
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	<u>240</u>	<u>97</u>
	<u>15.745</u>	<u>7.283</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, havia um trabalhador.

16. Outros gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Outros gastos e perdas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Impostos		
Directos	480	-
Indirectos	804	796
Taxas	1.155	-
	<u>2.439</u>	<u>796</u>
Insuficiência de estimativa para impostos	137	117
Outros	135	142
	<u>2.710</u>	<u>1.055</u>

17. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica detalha-se como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros obtidos		
Depósitos bancários	-	599
Juros suportados		
De financiamentos obtidos	27.259	68.285
De mora e compensatórios	5	7
Outros juros	10	443
Imposto selo sobre os juros	3.914	6.854
	<u>31.187</u>	<u>75.589</u>

Os encargos financeiros suportados durante o ano foram, na sua totalidade, integrado no custo dos activos fixos tangíveis (31.187 euros – Nota 13).

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Frei António Maria Esp. -
 Francisco de Sousa Medeiros
 Bruno Tânci

ps.



Bruno Lima

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhor accionista,

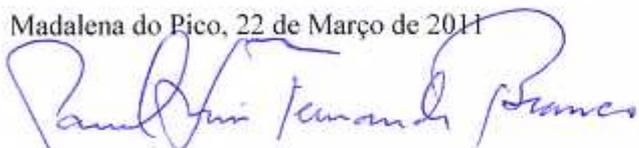
Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo da **MADALENAGIR, S.A.** respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da actividade da MADALENAGIR, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da MADALENAGIR.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das contas são os constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correcta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais
6. Em face do que antecede, somos de parecer de que:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, e

- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Madalena do Pico, 22 de Março de 2011



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luis Fernandes Branco (ROC nº 652)

VIII – Certificação Legal de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **MADALENAGIR, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de balanço de 2.575.352 euros e um total de capital próprio de 50.000 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **MADALENAGIR, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Madalena do Pico, 22 de Março de 2011



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)